

PLR SERPRO: DESIGUALDADE DE TRATAMENTO E DEMONSTRAÇÃO DE FALTA DE INVESTIMENTO NAS PESSOAS



Receber valor em dinheiro é sempre importante para os trabalhadores. PLR é uma dessas situações.

Entretanto, no caso da PLR do SERPRO, não podemos nunca nos esquecer que sua distribuição já foi linear, o que na concepção da ampla maioria dos trabalhadores era considerado mais justo.

Outro aspecto relevante é que o valor distribuído na forma de RVA (Remuneração Variável Anual) à diretoria não era tão exorbitante, o que amplia a injustiça e a desigualdade. Afinal, o SERPRO não existiria sem seus trabalhadores, que produzem. Isso não se pode dizer dos cargos executivos de diretoria, que poderiam deixar de existir e a Empresa continuaria a pleno vapor. Sem contar que os salários destes executivos são muito mais altos do que os dos trabalhadores, juntando a gratificação de função que também é um diferencial.

A alta lucratividade do SERPRO soa contraditória diante do descaso com o bem-

estar dos empregados. Seria mais justo que esses resultados fossem reinvestidos no plano de saúde, aliviando o bolso do trabalhador. No entanto, prevalece a visão de que saúde é custo, uma mentalidade enraizada em sucessivas diretorias que ignoram os apelos da categoria, tornando nosso diálogo uma persistente pregação no deserto.

É sempre um abismo entre o que recebe a diretoria e o que recebem os trabalhadores em PLR. E, infelizmente, não existe nenhum pudor. E nem podemos nos valer do ditado “farinha pouca o meu pilão primeiro”, porque para a diretoria a farinha é muita.

Que se indignem os trabalhadores. Que se revoltem seus representantes e parem de legitimar com a comissão paritária esta desigualdade. Maior investimento nos trabalhadores do SERPRO. Por um plano de saúde que o SERPRO pague a maior parte do seu custo, garantindo assistência de qualidade aos trabalhadores.

O LABORATÓRIO PRIVATISTA DA CELAPAR E A AMEAÇA À PRODEMGE, PRODABEL E OUTRAS EMPRESAS PÚBLICAS



A tentativa de privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (**CELEPAR**) longe de ser um fato isolado, acende um alerta urgente para categorias como as da **PRODEMGE**, **PRODABEL** e **SERPRO**. O cenário revela um projeto articulado por governadores como Ratinho Júnior, Eduardo Leite e Romeu Zema, cujas agendas (de extrema-direita) convergem para o desmonte do patrimônio público. Prova disso é que, simultaneamente ao avanço sobre a COPASA em Minas Gerais, o mercado volta sua atenção para a nossa infraestrutura de dados, evidenciando um alinhamento que ignora a segurança nacional em prol do lucro de grupos privados.

Um exemplo evidente desse "rolo" foi o projeto de nuvem da PROCERGS (RS), que envolveu a **PRODEMGE**. Sob o pretexto de uma "parceria pública", o que se desenhava era uma rede complexa de terceirização e quarterização. Os dados de Minas Gerais seriam repassados para empresas como AX4B e LTA-RH, que, por sua vez, os hospedariam em nuvens estrangeiras

(Oracle, Huawei e AWS). Esse encadeamento torna o rastreamento de responsabilidades impossível. Se os dados do povo mineiro vazarem ou forem usados indevidamente, a quem o cidadão irá recorrer? A uma multinacional em outro continente?

A fragilidade do modelo privado já deu sinais catastróficos. O escândalo da Algar Telecom com a **CELEPAR**, quando 300 mil mensagens golpistas foram disparadas usando a estrutura estatal, mostra o perigo. A empresa privada "lavou as mãos", culpou um "funcionário júnior" e deixou o Estado exposto. Enquanto isso, a segurança cibernética é atacada na ponta. As invasões do grupo extremista NDAmazonas — que utiliza o lema 'imposto é roubo' em suas invasões — atingiu tanto os sistemas do Paraná quanto os da Prefeitura de Belo Horizonte (**PRODABEL**), provando que a TI pública é alvo de ataques orquestrados por extremistas que buscam o caos para forçar a abertura comercial — lembrando que tais invasões ocorreram em 2021, em pleno lockdown da pandemia de Covid-19.

Para a **PRODABEL**, que sofre pressões constantes para migrar seus ativos para nuvens privadas, e para a **PRODEMGE**, que já esteve na mira de editais nebulosos, o recado é direto: a privatização da **CELEPAR** é o laboratório para o que querem fazer em Minas. Defender essas empresas é defender o sigilo das informações de cada cidadão e a própria democracia. O SINDADOS/MG segue firme na denúncia desse conluio entre forças políticas e o capital privado.

Soberania digital não se vende, se defende!

CENSURA NO CARNAVAL: A TENTATIVA DE “DOMAR” AS RUAS



Carnaval não é só festa: é termômetro social. Quando o povo ocupa a rua com música, fantasia e crítica, sempre aparece os paladinos da “ordem e bons costumes” dizendo que a festa popular não passa de “bagunça”, “ameaça”, “impróprio”, “sem controle”. Essa lógica é velha — e costuma ter alvo certo: cultura popular, periférica, negra, LGBTQIAPN+ e tudo que foge do padrão “comportado” que a burguesia acha aceitável.

A história do samba e das escolas de samba é, também, a história de uma disputa: de um lado, a invenção coletiva de um Brasil mais verdadeiro; do outro, a tentativa permanente de enquadrar, vigiar, punir, higienizar. O nome “censura” muda de roupa ao longo do tempo — ora é polícia, ora é moralismo, ora é projeto de lei — mas o impulso é o mesmo: tirar do povo o direito de existir em voz alta.

Quando samba era “caso de polícia”

No começo do século XX, a cultura negra urbana — batuques, rodas, religiosidades, festas — foi frequentemente tratada como problema de “ordem” e “bons costumes”. Essa repressão caminhava junto com o projeto higienista de

cidade e com a criminalização da pobreza: a “vadiagem” aparecia como instrumento jurídico e policial para controlar quem não se encaixava na “ética do trabalho” imposta aos de baixo. A vadiagem foi tipificada no Código Penal de 1890, deixou de ser crime apenas em 1940, mas voltou no ano seguinte como contravenção na Lei de Contravenções Penais — um dispositivo historicamente seletivo, útil para “dar fundamento” a abordagens e prisões de pobres nas ruas. Nesse caldo, sambistas eram perseguidos, enquadrados e, muitas vezes, obrigados a negociar sua existência com autoridades. O samba não nasceu “permitido”. Nasceu insistindo.

Ditadura, redemocratização, fim da censura? Nem de longe!

Durante a Ditadura Civil-Militar, a cultura foi monitorada e a censura virou método. E o Carnaval — por ser massivo, popular e comunicativo — entrou no radar. As escolas de samba eram espaços de comunidade, sociabilidade e de narrativa histórica. Exatamente por isso, sofreram pressões e tentativas de controle. Daí o paradoxo: as escolas foram, ao mesmo tempo, alvo de repressão e espaço de resistência.

Um caso emblemático é o samba-enredo “Heróis da Liberdade”, da Império Serrano, no Carnaval de 1969: compositores foram pressionados e a letra sofreu interferência — a palavra “revolução” foi substituída por “evolução” para passar pelo crivo da censura.

E aqui vale dizer sem rodeio: censura não é só proibir. Censura também é forçar a trocar palavras, impor medo, criar “regras” nebulosas que fazem o artista se “auto cortar” antes mesmo de cantar.

Mesmo depois do fim formal da Ditadura, a tesoura não foi embora — só trocou de fantasia.

Em 1989, a Beija-Flor levou à avenida o enredo Ratos e Urubus, Larguem Minha Fantasia, concebido por Joãozinho Trinta. A polêmica: uma alegoria com a imagem do Cristo como morador de rua foi alvo de decisão judicial após pedido da Arquidiocese do Rio. A escola contornou a proibição cobrindo a escultura com plástico preto e exibindo a frase “Mesmo proibido, olhai por nós!”, que entrou para a história justamente como denúncia da própria censura.

mostra” (mesmo pintada ou decorada) — um tipo de controle moral que, na prática, também funciona como censura estética e de linguagem corporal.

Aqui a pergunta incômoda é: quem define o “limite” do corpo na arte popular? Quase nunca é a comunidade que faz o Carnaval; costuma ser uma mistura de pressão social, mídia e instituições querendo “limpar” o que é visto como excessivamente popular, carnal, escandaloso — ou livre demais.

Nos anos 2000, aparecem episódios ainda mais claros de censura direta a alegorias:

Em 2000 — imagem confiscada no barracão: a Unidos da Tijuca teve uma imagem de Nossa Senhora dos Navegantes confiscada por agentes da Polícia Civil dentro do barracão. Para evitar indiciamento por “atentado ao culto religioso”, a escola não usou a imagem.

Em 2004 — carros proibidos e cobertos com “Censurado”: na Acadêmicos do Grande Rio, no enredo “Vamos vestir a camisinha, meu amor”, dois carros alegóricos foram proibidos a pedido da Igreja Católica. A escola cobriu as alegorias com tarjas pretas e a palavra “Censurado”.

Em 2008 — alegoria do Holocausto barrada pela Justiça: a Unidos do Viradouro enfrentou decisão judicial que proibiu a exibição de parte de um carro alegórico sobre o Holocausto, sob pena de multa.

Repara no padrão: o Carnaval vira campo de batalha entre arte popular e “autoridades de plantão” — sejam elas tribunais, polícia, setores religiosos, interesses econômicos, “pânicos morais” ou todos juntos.

O moralismo impõe proibição sob o falso pretexto da “proteção”

Agora vem o recorte quente do nosso presente: restringir Carnaval e manifestações culturais com a bandeira da “proteção”, usando critérios elásticos (“conteúdo impróprio”) que viram ferramenta de perseguição seletiva.

Em Belo Horizonte, a Câmara Municipal aprovou em 1º turno, em 3 de fevereiro de 2026, o PL 11/2025, que restringe a presença de crianças e adolescentes em eventos carnavalescos e artísticos com conteúdos considerados “inapropriados”, incluindo também paradas LGBTQIAPN+. O texto prevê exigência de “classificação indicativa” na divulgação e estabelece multa (R\$ 1 mil) e possibilidade de suspensão de autorização para organizadores.

O projeto foi assinado por Pablo Almeida e outros parlamentares (todos do PL) e teve 24 votos favoráveis em 1º turno, retornando às comissões por ter recebido emendas.

A crítica central é simples e potente: como aplicar “classificação indicativa” em rua, em cortejo, em manifestação viva? Quem decide o que é “impróprio”? Com qual régua? E por que isso costuma recair sempre sobre expressões populares, afro e LGBTQIAPN+? O texto menciona blocos afro e escolas de samba no escopo, ampliando o alerta de seletividade e discriminação.

Vamos chamar pelo nome: isso é disputa pelo espaço público.

Quando o Carnaval cresce e vira vitrine de demandas sociais — antirracismo, direitos das mulheres, direitos LGBTQIAPN+, trabalho digno, crítica política — a reação conservadora aparece como “defesa da família”, “defesa das crianças”, “moral e bons costumes”. É a mesma engrenagem histórica, só que com figurino novo.

No fim, quem “paga a conta” não é quem legisla: é o trabalhador e a trabalhadora que fazem o Carnaval acontecer — quem costura, toca, carrega som, vende água, limpa rua, organiza bateria, ensaia na laje, educa criança na brincadeira.

Criança precisa de cuidado? Sim. Mas cuidado não se faz com proibição genérica e moralismo seletivo. Crianças têm direito à cidade, à cultura e à convivência nos espaços públicos. Carnaval é tradição, isso implica reconhecer que ela só permanece forte se for experimentada na pele e transmitida adiante; por isso, a presença das crianças nos blocos e ocupações urbanas é fundamental. Se a preocupação fosse honesta, haveria caminhos melhores e mais eficazes de cuidado e proteção como o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo.

A rua é do povo (e o Carnaval também)!

O samba atravessou a história porque a organização popular e suas manifestações são mais fortes que a repressão. O Carnaval é o lugar onde o povo ensaia liberdade — e por isso é tão atacado. Quem quer uma cidade democrática não deveria temer o riso, o tambor, a fantasia e a crítica: deveria garantir direitos para que todos — inclusive as crianças — possam viver a cidade com segurança e alegria.

Censura no Carnaval nunca foi “só sobre Carnaval”. Sempre foi sobre quem pode ocupar a rua e quem deve se esconder.

E o povo, quando tentam calar, responde do jeito mais perigoso para o autoritarismo: cantando junto.

CARNAVAL É FERIADO PARA OS TRABALHADORES DE TI DE MINAS GERAIS



Uma importante vitória dos trabalhadores de TI de Minas Gerais foi manter o carnaval como feriado, tal como definido na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2027! A segunda e terça são dias de feriado pela CCT e na quarta o trabalho ocorre em meio expediente. Muitas empresas tentam descumprir a CCT e manter a prática anterior a esta conquista, que é a de exigir o trabalho pressionando os trabalhadores no carnaval, e isto precisa ser denunciado ao Sindicato se acontecer. Carnaval é tempo de folia ou de descanso, a depender do que cada trabalhador goste de fazer. Não é tempo de trabalho. O descanso está devidamente regulamentado por norma coletiva. Segue o link para o completo conhecimento da cláusula 29ª da CCT:

<https://sindados-mg.org.br/wp-content/uploads/2025/11/CCT-Sindados-e-Sindinfor-2025-2027-versao-MTE.pdf>

Bons festejos pra quem é de festa

Bom descanso pra quem curte mais o sossego!!!

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010761-92.2025.5.03.0006	24/02/2026	09:40	Videoconferência
Sindados MG	WYNTECH	0011157-61.2025.5.03.0138	25/02/2026	08:35	Videoconferência
Sindados MG	AeC Consulting	0010157-97.2025.5.03.0179	25/02/2026	10:00	44ª Vara do Trabalho de BH
Sindados MG	Databit Tecnologia	0010578-13.2025.5.03.0139	27/02/2026	10:10	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	10/03/2026	09:05	Videoconferência
Sindados MG	GOVPREDICT (Quorum Analytics)	0010650-93.2025.5.03.0108	17/03/2026	10:45	Videoconferência
Sindados MG	Modular Mining	0011929-44.2016.5.03.0007	18/03/2026	14:00	Videoconferência